

O Brasil da era Lula: transição capitalista, reestruturação territorial e questão financeira

Marcos Aurélio da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina

p. 357-369

revista

Geo 
USP

espaço e tempo

Volume 18 • nº 1 (2014)

ISSN 2179-0892

Artigo disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84538>

Como citar este artigo:

SILVA, M. A. O Brasil da era Lula: transição capitalista, reestruturação territorial e questão financeira.

GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 2, p. 357-369, 2014.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 3.0 License.

O Brasil da era Lula: transição capitalista, reestruturação territorial e questão financeira

Marcos Aurélio da Silva

Resumo

O artigo trata das mudanças na formação social brasileira sob o transformismo dos governos de Lula-Dilma Rousseff. Nossa tese é a de que, lidas à luz das tendências de longo prazo do processo histórico nacional e se fazendo simultaneamente como reestruturação territorial, essas mudanças estão em vias de levar essa mesma formação ao estágio da completa maturidade capitalista.

Palavras-chave: Transição capitalista. Formação social brasileira. Tendências históricas. Reestruturação territorial.

The Brazil of Lula's era: transition capitalist, territorial restructuring and financial issue

Abstract

The article discusses the changes in the Brazilian society under the transformism of the Lula-Dilma Rousseff's government. Its thesis is that these changes, read in the light of long-term trends of the national historical process, and occurring simultaneously as territorial restructuring, are in the process of bringing this same social formation to the stage of full maturity capitalist.

Keywords: Capitalist transition. Brazilian social formation. Historical trends. Territorial restructuring.

Introdução

A tese marxista da contradição entre relações de produção e forças produtivas, central no materialismo histórico (Marx, 1983), nem sempre encontra meios de expressão nas ciências sociais que advogam inspirar-se nesse campo do conhecimento. E a Geografia, como ciência política que é (Santos, 1982), conquanto tenha estreitado laços com o marxismo, parece ter ficado a meio caminho quando se trata de abordar a realidade social e territorial por esta dimensão.

Igualmente, a compreensão de que os processos de transição resultantes de dita contradição, aliás centrais em uma categoria cara ao pensamento geográfico de extração marxista como a de formação social (Santos, 1977; 2008), têm necessariamente extensão temporal de longo prazo (Gramsci, 1989), parece um tanto negligenciada.

O artigo que se segue buscará uma compreensão do curso atual da formação brasileira, marcado pelo que estamos chamando de era Lula (a qual inclui o governo de sua sucessora, Dilma Rousseff), partindo deste arcabouço teórico. Além desta introdução e da conclusão final, ele está dividido em três seções, sendo elas: (I) transição capitalista e reestruturação territorial: linhas gerais, (II) transição e reestruturação territorial sob o transformismo de Lula, e (III) emergência do capitalismo financeiro nacional: marco final da transição.

I – Transição capitalista e reestruturação territorial: linhas gerais

Quem está habituado à leitura marxista, notadamente a de extração gramsciana, sabe que os processos de transição não se encerram em períodos curtos de tempo, antes se alongado na história – como bem demonstrou o comunista sardo referindo-se, por exemplo, à Revolução Francesa como um processo transcorrido em oito décadas (Gramsci, 1989). Partindo desta matriz gramsciana, já tão explorada entre nós (Coutinho, 1989, Werneck Vianna, 2004), tivemos a oportunidade de observar (Silva, 2011), todavia lembrando o aporte teórico das dualidades de Ignácio Rangel (1981), aliás, nada assemelhado às velhas teses dualistas (Bielschowsky, 1996), que a transição brasileira, iniciada nos anos 1930 com o estancieiro Getúlio Vargas, figura claramente como uma revolução passiva (Gramsci, 1987; 1989; 2002). Por outras palavras, uma das formas que assumem as lentas revoluções *pelo alto*, ou revoluções-restaurações, de largo sentido histórico-dialético,¹ e, vale registrar, de grande similitude com o conceito leniniano (Lenin, 1980; 1982) de via prussiana (Coutinho, 1989).

E é este também o caminho de decisivas mudanças socioterritoriais ocorridas na formação nacional, mesmo que sempre marcadas pelo movimento geral de superação-conservação que define as revoluções passivas. Com efeito, nosso processo de transição, além de partir de estruturas sociais bem demarcadas geograficamente, à moda dos blocos históricos a que se referiu Gramsci (1987; 2002),² revelou, no longo curso que lhe coube cumprir, seguidas reestruturas espaciais, e isto através de movimentos que interessaram não apenas à estrutura, mas também – e para ficarmos ainda no campo de uma interpretação gramsciana – às superestruturas de poder.³

1 Uma revolução passiva é “a expressão prática das necessidades da ‘tese’ de desenvolver-se integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma da própria antítese, para não se deixar superar” (Gramsci, 1989, p. 77).

2 Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci (1989, p. 12) refere-se ao bloco histórico como a “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. Em artigo anterior, diz ser o sul italiano “um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários de terras e os grandes intelectuais”. Em seu conjunto, esse bloco “funciona como intermediário e guardião do capitalismo setentrional e dos grandes bancos” (Gramsci, 1987, p. 154 e 158).

3 Cabe notar que a ação mediadora do bloco agrário meridional forja a própria noção de território do comunista sardo. Já no artigo o “Sul e o fascismo”, Gramsci (1987, p. 88) assinala que “os problemas de classe [...] tendem a se tornar problemas ‘territoriais’, já que o capitalismo se apresenta como estrangeiro à região e como estrangeiro se apresenta o governo que administra os interesses do capitalismo”. Nas “Teses de Lyon”, escritas com Palmiro Togliatti, fixou: “política e economicamente toda a zona meridional e das ilhas funciona como um imenso campo diante da Itália

Podemos dizer que este processo, conduzido por uma ideologia nacionalista que arregimentou em torno dos interesses do capitalismo nacional, diferentes “classes e estamentos” (Rangel, 2005), se dividiu em duas grandes fases.

A primeira delas se inicia já quando Vargas põe em marcha, através de importante desvalorização cambial, um processo *dirigido* de substituição importações. Medida cujo efeito territorial será o de reservar, para as indústrias de maior capacidade concorrencial, especialmente localizadas no Centro-Sul, o mercado dos diferentes *arquipélagos regionais* de que se compunha a economia nacional (Rangel, 2005).

Não obstante, é o coroamento desta fase, levado a efeito no governo Juscelino Kubitschek, que provocou as maiores transformações territoriais do período.

Com efeito, dando sequência à hegemonia PSD/PTB que dirigia a revolução iniciada pelo latifúndio – o que significa dizer que, a despeito de toda mudança, no velho bloco agrário não se mexia –, o governo Kubitschek deu curso a um decisivo movimento da interiorização do capitalismo brasileiro (Werneck Vianna, 2004). Um processo que levou ao Centro-Oeste não só a capital federal, mas todo um estrato social que cobria de operários da construção civil, não raro migrantes nordestinos, a uma faixa não desprezível de burocratas, contingente a partir do qual se veria crescer os estratos sociais médios da região. Além disso, o próprio movimento de interiorização, bem conectado ao centro econômico nacional por uma divisão do trabalho que ia se tornando mais complexa, se faz acompanhar de uma densa malha viária cuja finalidade fora levar a termo a obra da gradual supressão das barreiras regionais iniciada nos anos 1930 (Araújo, 1998).

Um segundo grande momento se abre com a ditadura de 1964. Ditadura esta que, como assinalou Ignácio Rangel (1985), e aqui em franca oposição ao que nos acostumamos a ouvir dos teóricos da dependência, não desfaz a coalizão de poder de 1930, e logo, igualmente não toca no bloco agrário que a conduz.

Neste período, o governo do general Ernesto Geisel foi o que maiores transformações territoriais levou a efeito – sempre seguindo o caminho da interiorização com que as ações de Juscelino Kubitschek ficaram marcadas.

De fato, a conclusão, por meio de amplo programa de substituição de importações, do parque metal-mecânico e de insumos básicos, afinal revelada no superávit comercial estrutural do ano de 1984 (Castro; Souza, 1985), se fez acompanhar de toda uma nova dinâmica geográfica. Entre os exemplos estão a política de incentivo da Sudene para os investimentos no Nordeste, notadamente realizados por capitais do Sul-Sudeste;⁴ o polo industrial de Manaus, que afinal esteve longe de resultar na atração de simples indústrias maquiladoras; as siderúrgicas instaladas em áreas deprimidas (Companhia Siderúrgica Tubarão-ES) ou não exatamente líderes no crescimento nacional (Acesita-MG); os polos petroquímicos que buscavam descentralizar a indústria da cadeia produtiva petrolífera (Camaçari-BA, Triunfo-RS); e mesmo o

do norte, que funciona como uma imensa cidade” (Gramsci, 1987, p. 131). Certamente, o processo brasileiro tem especificidades que o distinguem do italiano. Não obstante, as semelhanças são evidentes se pensamos nos (quase) imutáveis blocos agrários das regiões mais atrasadas. Por fim, há que notar que a noção gramsciana de algum modo se aproxima do conceito de espacialidade ou espacialização de Milton Santos: “um momento de inserção territorial dos processos sociais” (Santos, 1988a, p. 73-74).

4 Criada ainda no período Kubitschek, a Sudene teve suas ações levadas a efeito após o golpe de 1964.

parque de usinas hidrelétricas, que além da mega usina de Itaipu-PR, avançou na exploração do potencial hidrelétrico amazônico (Tucuruí-PA), aqui também com nítidas motivações geopolíticas (de segurança nacional), como lembrou Milton Santos (2008).

Aliás, no plano da economia agrária, enquanto um arcaico latifúndio se preservava, ou ao menos mudava muito lentamente nos grotões do país, um monumental financiamento à modernização da agricultura do Sul e do Centro-Oeste, imbricado num intenso deslocamento espacial da produção, se fez acompanhar de uma pronunciada transformação social. Referimo-nos à formação da pequena e média burguesia rural dos estados do Sul, que se diferenciou internamente a partir dos estímulos estatais – gerando ademais seu opositor mais imediato, a saber, o proletariado rural – e que, em deslocamento para o Centro-Oeste, no curso de uma espécie de fronteira em movimento, e por impossibilidade de ampliar a acumulação em área já ocupada pelo processo capitalista, alcança o porte dos grandes capitais (Ribeiro, 1988).

De fato, tratou-se da replicação, agora em escala mais ampla, do que Mamigonian assinalou ter sido característico da gênese capitalista de São Paulo e do Sul do Brasil (Mamigonian, 1960; 1965; 1976; 1986). A saber, uma gênese ligada à presença de relações de produção que se distanciavam (e. g. o colonato, o pequeno proprietário) daquelas observadas nas regiões que mantinham forte herança latifundiária e escravocrata – primeiros embriões, ou categorias mais simples, diríamos com Marx (1983), postas no plano da infraestrutura econômica, da transição que aqui se tem por objeto. Ao fim e ao cabo um processo que, não superando o velho bloco agrário (os sertões do Nordeste e do Sul), ele mesmo superestrutura do conjunto de mudanças, permite pensar, conforme sugerido alhures (Silva, 1999; 2011; Werneck Vianna, 2004), nas *infinitas combinações* entre o caminho prussiano e o da diferenciação social a partir da pequena produção mercantil que a *realidade concreta* pode comportar, segundo assinalou Lenin (1982).

Milton Santos (1988b) sintetizou bem o efeito territorial que resultou deste conjunto de mudanças comandadas pelos governos militares, apontando para a emergência de um novo sistema urbano no país. Neste, as cidades que antes viviam do *consumo consuntivo*, isto é, o consumo que “se esgotava no uso do bem ou do serviço”, e que fazia o processo econômico morrer “no simples ato de consumir”, agora passam a se organizar com base no *consumo produtivo*, integrando uma complexa divisão social e territorial do trabalho. Um movimento que, certamente no interesse de uma burguesia local e do adensamento das cadeias produtivas locais nas velhas regiões (Guimarães; Castro, 1990), já é também, e a despeito da manutenção, nestas áreas, “de uma estrutura fundiária hostil” (Santos, 1988b), o da “standardização de grandes massas da população” (Gramsci, 1989, p. 91). Fenômeno igualmente forjado pela expansão das comunicações, aliás facilitadora, ao lado da modernização dos transportes, de intenso processo migratório que não é mais apenas rural-urbano, mas urbano-urbano, bem como do próprio avanço da urbanização (Santos, 1988b).

Não obstante, após ter alcançado este estágio da organização capitalista, a formação social brasileira, já nos estertores do período militar, imerge em profunda crise econômica e social. Como resultado, as tendências de finalização do processo iniciado nos anos 1930 – vale dizer, da revolução democrático-burguesa nacional –, passaram a encontrar enormes bloqueios, ou mesmo ameaça de regressão. É eis que este período de crise e o neoliberalismo que se lhe seguiu nos anos 1990, passou a ser caracterizado como o período de uma contra revolução (Mamigonian, 2004).

II – Transição e reestruturação territorial sob o transformismo de Lula

Nada de inusitado, à luz da história brasileira, que justamente o governo de Lula da Silva, tenha logrado recuperar uma política econômica que dá curso à trajetória histórica da revolução burguesa brasileira. Ainda mais quando isso se faz através de coalizões de governo que agregam ao pacto de poder que seu partido lidera – um partido de orientação socialista saído da luta contra a ditadura, vale o registro –, notáveis representantes dos interesses da burguesia autóctone, quando não ela própria.

Se uma tal formulação parece em aberta contradição – socialistas que completam uma revolução burguesa –, não custa lembrar que é justamente esta a marca da sociedade nacional, cujos diferentes períodos históricos, organizados como arranjos dialéticos – as “múltiplas determinações” de que falou Marx (1983) –, Ignácio Rangel (1981) chamou de dualidades – a rigor a periódica reorganização dos blocos de poder que comandam o aparelho de Estado. Aliás, parece não ser exagerado lembrar aqui a advertência, a rigor exposta como um programa, que Lenin fez ao mecanicismo de Plekhanov, quando se tratou de interpretar a revolução russa de 1905-1907 – o fato de ser burguesa, não significa que deva ser conduzida pela burguesia (Lenin, 1982) –, ainda que no caso em apreço, se trate de uma forma qualquer de transformismo,⁵ se nos é permitido pensar em chave gramsciana a experiência pequista à frente do governo nacional.⁶

Diríamos que, no plano mais estritamente econômico, as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) nos fornecem os exemplos mais acabados da retomada da antiga orientação. Eis os pesados investimentos nas infraestruturas da reprodução capitalista, como a transposição do São Francisco, a retomada da construção de hidrelétricas na região amazônica, como as do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e do rio Xingu (Belo Monte), os investimentos nos portos de Vila do Conde-PA, Itaqui-MA, Pecém-CE e Suape-PE – os últimos devidamente conectados por ferrovias, como a Norte-Sul, que abastecerá Itaqui de grãos, ou a Trans-Nordestina, que cortará o sertão com 1728 quilômetros de trilhos, ligando o interior do Maranhão e do Piauí a Pecém e a Suape. Além dos investimentos das Petrobras em áreas deprimidas (uma refinaria próxima a Itaqui etc.), e, como o fizeram os mais importantes programas de substituição de importações que o país logrou cumprir, elevando os índices de nacionalização de suas compras (iniciativa que já se tornou uma política aplicada a toda compra governamental), o mesmo ocorrendo até em investimentos onde a participação estatal é diminuta.

Todavia, a nova tendência, e a despeito do flerte com o neoliberalismo (o câmbio sempre muito valorizado), a rigor mais pronunciado no primeiro governo Lula (forte corte de gastos, ausência de uma política mais clara de defesa da indústria nacional), parece querer ir ainda além da ideologia do nacional desenvolvimentismo – e notadamente se comparada ao seu período militar.

Com efeito, tanto os programas de investimentos em áreas deprimidas, de algum modo associados a uma política de valorização dos rendimentos do trabalho, quanto os programas sociais que nestas áreas aportam, encarnam uma decisiva estratégia de enfrentamento de um dos mais alarmantes indicadores da revolução burguesa conduzida *por cima*, a saber, a marcada desigualdade social e territorial da renda.

5 Tratando do *Risorgimento*, Gramsci define o transformismo como a “expressão parlamentar” da hegemonia “intelectual, moral e política” dos Moderados sobre o Partido da Ação – que “é incorporado molecularmente pelos moderados”, enquanto “as massas populares são decapitadas”. Ao fim e ao cabo, “uma das formas históricas” das revoluções passivas (Gramsci, 2002, p. 63/93/286).

6 A respeito do caráter socialista do PT, posto em dúvida após sua virada transformista, vale reter que: “o Congresso do PT, em 2007, reafirmou que ‘as riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social’ e que o ‘socialismo que almejamos só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá realizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção’” (Singer, 2012, p. 120).

Assim é que, a participação dos salários no PIB, que de algum modo indica a distribuição funcional da renda (entre o capital e o trabalho), passou de 30,8% em 2004 para 35,1% em 2009, enquanto os índices de Gini, que medem a distribuição pessoal da renda (entre ricos e pobres, sendo o número mais próximo de 1 a expressão da renda mais concentrada), conhecem uma redução de 5% no período 2003 e 2008, passando de 0,58 para 0,53 – índice todavia ainda sequer próximo ao registrado antes do golpe de 1964, quando marcou, para o ano de 1960, 0,49 (Singer, 2012). Quanto à desigualdade territorial, os dados para o ano de 2010, recentemente divulgados pelo IBGE, tratando da participação do setor público no PIB dos municípios, falam por si. Nos estados do Norte e do Nordeste, o total de municípios cujo PIB depende em mais de 1/3 das transferências da administração, saúde e educação pública federal, bem como da seguridade social, mantém-se em 100% para Roraima, 94,2% na Paraíba, 93,8% no Amapá, 90,2% no Piauí, enquanto no Centro-Oeste, Sudeste e Sul esse percentual atinge uma faixa de municípios que vai de 0,3% em Santa Catarina, 0,5% no Paraná, 1,9% em São Paulo, 2,2% no Rio Grande do Sul e 4,3% no Mato Grosso (Saraiva, 2012).⁷

Não resta dúvida de que tanto o Norte quanto o Nordeste brasileiro são áreas de enorme apetite para o capital. De qualquer modo, essas regiões têm sido objeto de um forte movimento de integração ao circuito da formalidade, mesmo que por vezes isso se faça por meio de relações de emprego ainda precárias (a ver a forte rotatividade nos setores de construção civil e telemarketing), reflexo sem dúvida de um reformismo fraco, como o disse Singer (2012). Aliás, já que a base eleitoral que garante este reformismo, como o demonstrou o mesmo autor, localiza-se justamente nestas regiões, não é sem sentido afirmar que processo em curso de algum modo significa, em chave certamente ainda transformista, uma reestruturação que se opera ao nível da inserção territorial dos processos sociais. A ver as perspectivas de esmaecimento – certamente de difícil evolução, em razão mesmo do caráter transformista de todo o processo –, do velho bloco agrário que deu forma às superestruturas da transição iniciada em 1930.

Além disso, dever-se-ia evitar ver neste conjunto de investimentos apenas a uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Por exemplo, não bastasse o adensamento da cadeia produtiva do petróleo e da indústria de equipamentos elétricos, as hidrelétricas construídas na Amazônia, agora seguindo um novo princípio construtivo, ambientalmente mais sustentável,⁸ contarão com linhas de transmissão para levar energia ao Sudeste, o que significa dizer que servirá à parcela não desprezível do aparelho industrial brasileiro, bem como às residências do país. Um processo capaz de dar nova dimensão ao sistema urbano orientado para o *consumo produtivo* – logo, à divisão territorial do trabalho – que a política econômica dos militares forjou.

Um problema, contudo, ainda deve ser equacionado se se busca uma interpretação de todo o processo. Como Marx e Engels (1991) definiram em *A ideologia alemã* – definição, aliás, que Marx (1987) retomou nos artigos sobre a malograda revolução alemã de 1848 –, toda crise revolucionária

7 Vale dizer que o desenvolvimentismo dos militares, segundo assinalou Castro (1990) opondo-se à tese da Belíndia, de Edmar Bacha (20% dos brasileiros, consumidores dos bens duráveis, residiriam numa espécie de Bélgica, enquanto os 80% restantes, excluídos do mundo do consumo, estariam mais próximos de uma Índia), não deixou de promover uma revolução no consumo de massas. No entanto, isso não se fez por meio de uma melhor distribuição funcional ou mesmo pessoal da renda, e, ainda que os anos 1976-1981 tenham apresentado alguma mudança no último indicador (de 0,589 para 0,562), ela não continuou nos anos seguintes (Bonelli; Sedlacek, 1991).

8 O ponto de vista ambientalista mais singelo muito frequentemente ignora que essas usinas estão projetadas segundo um princípio construtivo que limita as inundações ao curso natural dos rios. Para a crítica desse ambientalismo, ver Rosa (2011).

termina por expressar-se sob a forma de uma ampla crise fiscal do Estado. Ora, não fora essa a preocupação de Ignácio Rangel (1981; 1985) quando, na fase final da ditadura, assinalou as possibilidades de o Brasil findar o fenômeno da dualidade que marcou sua história?

De fato, a equação financeira da acumulação, capaz de completar nossa revolução capitalista, dando forma ao estágio financeiro do capitalismo brasileiro, resta como o elo a ser compreendido no reerguimento econômico levado a efeito pelo transformismo de Lula. Numa chave que combina o *programa* de Ignácio Rangel com o *critério de interpretação* de Antonio Gramsci – e que, note-se, confere razão à periodização da quarta dualidade rangeliana feita por Mamigonian (1998), que neste ponto diverge do que estabeleceram Bresser Pereira e Márcio Rego (1998), inclinados a situá-la no ano que findou a ditadura militar –, diríamos ser este o processo capaz de concluir a revolução democrático-burguesa nacional.

III – Emergência do capitalismo financeiro nacional: marco final da transição

O processo da industrialização comandado por esta revolução permeada de contradições se fez em geral pelo uso seguido de uma poupança cujas origens se localizaram no interior da própria economia nacional (Rangel, 1982; 1985). E, quando assim não o fez, o processo tendeu ao estancamento, posto os financiamentos internacionais, na era do imperialismo, não raro se associarem aos fornecimentos das firmas dos países capitalistas dominantes (Rangel, 1985; Lenin, 1987).

Recordemos, a título de introdução do problema, a interpretação que Ignácio Rangel deu ao processo de industrialização seguido pelo Brasil no século XX.

Conforme o mestre maranhense (Rangel, 1982; 1985), a industrialização brasileira se fez por meio de uma dinâmica cíclica de média duração (aproximadamente 10 anos), os julgarianos brasileiros, cujo motor fundamental pode ser encontrado na periódica presença, no corpo da economia nacional, de dois setores ou níveis de atividade – um deles marcado por ampla capacidade ociosa (*poupança potencial*, afinal), outro por pontos de estrangulamento, ou áreas carentes de investimento. A passagem de recursos das áreas de ociosidade para as áreas estranguladas, ativando as fases de expansão cíclica, sempre associadas a movimentos substitutivos de importações, precisou contar com medidas político-institucionais em esferas como a do câmbio, das tarifas alfandegárias, dos impostos, da estruturação jurídica das empresas, da administração da moeda. Cada uma destas medidas, “mudando de etapa em etapa ou de ciclo em ciclo”, correspondendo a uma “parte do aparelho de intermediação financeira” nacional (Rangel, 1982).

Uma vez que este mecanismo permitiu que o processo de acumulação se fizesse fundamentalmente no interior dos próprios centros de acumulação, notadamente as firmas industriais, que assim iam se diversificando até se tornarem grandes conglomerados, compreende-se como a construção nacional do capitalismo pôde comportar a falta de uma reforma agrária que desse lugar a uma pronunciada – e geograficamente mais extensa – diferenciação

social (Rangel, 2005; Mamigonian, 1988), afinal um dos requisitos do que Gramsci indicou ser o caminho *ativo* de superação da velha ordem (Gramsci, 2002). Como antes indicado, trata-se de um fenômeno de trágicas consequências sociais e espaciais, sendo as áreas latifundiárias que restaram presas às relações de vassalagem,⁹ não raro submetidas a uma modernização *por cima*, sua expressão mais acabada.

Não obstante, na medida em que o processo de acumulação avança, o aparelho de intermediação financeira “tende a formalizar-se, a assumir feição clássica”, dando lugar ao “inevitável *casamento* do capital bancário com o industrial, para dar origem ao *capitalismo financeiro*, forma superior de capitalismo” (Rangel, 1982, p. 89). Ora, a dimensão industrial alcançada pelo país em torno de meados dos anos 1980, com a maturação do último grande projeto estruturante de que tivemos notícia, trouxe a tona exatamente este tipo de problema. E, tendo a industrialização se realizado por um caminho inverso, isto é, iniciando pela indústria leve até alcançar as formas mais sofisticadas da indústria pesada, não é de estranhar que exatamente aqui esteja a área carregada de capacidade ociosa, cujos recursos devem ser mobilizados no objetivo de alcançar a forma superior aludida (Rangel, 1982; 1985). De fato, aí estão as grandes firmas privadas nacionais, como Odebrecht, Camargo Corrêa, Vale e outras tantas, mas também grandes bancos e fundos de pensão, cujas dimensões oligopolistas põem à mostra o *potencial* de acumulação já alcançado.

Por seu turno, os pontos de estrangulamento fundamentais se localizam nos grandes serviços de utilidade pública, presentemente organizados como serviços públicos concedidos a empresas públicas. Sabemos, é certo, que nem sempre foi assim. Sua primeira forma foram as concessões para a empresa privada estrangeira. Todavia, em razão da contradição entre nosso capitalismo industrial, que iniciava sua instalação, e os interesses das citadas empresas, entre eles a organização de um mercado para os produtos de suas próprias matrizes (fundamentalmente bens de capital) – ao fim e ao cabo, uma forma da contradição entre as forças produtivas e as relações internacionais de produção, como ensinou Marx (1983) –, passamos a organizar os tais serviços como serviços de administração direta do Estado, forma afinal transitória para a organização que agora conhecemos (Rangel, 1982). E eis que a mesma contradição agora se repõe, e igualmente afetando o mesmo grupo de atividades.

Vejamos como isso acontece.

Nossa economia nacional tem conhecido, desde o fim do último ciclo de crescimento sustentado, uma crise fiscal de grandes dimensões. Suas raízes estão no próprio financiamento à industrialização, mais notadamente dos serviços públicos aqui em análise, para o qual já não são suficientes os recursos fiscais e para-fiscais sempre mobilizados (Rangel, 1987). Além disso, premida pelo sistema financeiro internacional, credor de nossa dívida externa, feita não tanto para o processo de industrialização, mas para pagar a conta do petróleo (Castro; Souza, 1985), a política econômica entregou-se, a partir dos anos 1990, dada a assunção ao aparelho de Estado de uma coalizão de poder abertamente conservadora, aos rigores fiscal e monetário,

9 Temos notícia, ainda hoje, nos grotões de estados como o Piauí e o Maranhão, de relações dessa natureza, que submetem a população rural a uma verdadeira vida severina, como o disse Lima (2009). É certo que na porção sul desses estados, vê-se, também, desde os anos 1990, a instalação de “ilhas de progresso” ligadas à moderna agricultura (Araújo, 1998).

o que alimentou ainda mais a mesma crise fiscal. De maneira semelhante, a adesão, por parte do mesmo bloco conservador – a rigor uma fração envelhecida do bloco de poder dos anos 1930 (Rangel, 1981; Mamigonian, 2004) –, aos princípios do neoliberalismo, sempre a reboque das pressões do sistema financeiro internacional, tornou o câmbio, um dos instrumentos de nossa política industrial, um simples ativo de especulação, sujeito, pois, a seguidas valorizações que ao fim e ao cabo interessam à indústria de equipamentos do centro imperialista.

Deste modo, a solução para dita contradição, assinala o mestre maranhense, passa pela organização dos citados serviços de utilidade pública como serviços públicos concedidos a empresas privadas brasileira (ou às estrangeiras com fortes vínculos na econômica nacional), única forma de mobilizar a *poupança potencial* a disposição das grandes empresas de bens de produção que nossa industrialização fez emergir (Rangel, 1982; 1985; 1987). Não obstante, essa forma de organização dos ditos serviços, já iniciada com as grandes obras de hidrelétricas do governo Lula, está a exigir um novo serviço de intermediação financeira, que promova “para o primeiro plano, como instrumentos de transferência intersetorial de poupança ou excedente econômico, os artifícios *clássicos*”, destacando-se “as debêntures e obrigações” (Rangel, 1982).

Certo que esta não é tarefa que se possa cumprir através das empresas públicas, posto não poderem contar, para efeito de capitalização, com a venda de ações ordinárias no mercado de capitais, bem como, pelo motivo de encarnarem juridicamente a figura do Estado, estarem incapacitadas de contar com a emissão de debêntures conversíveis em ações – fato que deixa o instituto da garantia hipotecária, condição *sine qua non* da capitalização dos ditos serviços, sem aplicabilidade prática (Rangel, 1985).

Ora, as medidas anunciadas pelo governo do PT ainda em dezembro de 2010, dando sequência à mobilização do capital privado para os grandes projetos hidrelétricos antes citados,¹⁰ tendo por alvo uma estratégia de elevação dos investimentos para a casa dos 24% do PIB – hoje em torno dos 19% – através da mobilização dos bancos privados, sugerem contemplar este conjunto de mudanças. E aqui o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) parece assumir um papel crucial, ator estatal que até agora, em parte com recursos do Tesouro Nacional (teve um aporte de R\$ 200 bilhões entre 2008-2010), vem sustentando o financiamento dos investimentos nacionais. Caberá a ele, com um aporte de R\$ 10 bilhões e ao lado de bancos privados – cujos recursos, na casa dos R\$ 2,2 bilhões, serão captados do compulsório sobre os depósitos a prazo que têm retidos no Banco Central –, participar de um Fundo de Liquidez para Títulos Privados cuja função final será a de fomentar o mercado de debêntures garantindo-lhe liquidez (Pinho, 2011, p. F-2).

À guisa de conclusão

Não é incomum encontrar na ciência social brasileira dos dias que correm uma leitura do conjunto de transformações postas em curso pelo governo Lula como pura continuidade

10 A hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira-RO, conta com investimentos de um consórcio formado pela Suez Energy, Camargo Corrêa e mais duas subsidiárias da Eletrobras, Eletrosul e Chesf. A hidrelétrica de Jirau, no mesmo rio Madeira-RO, conta com o consórcio Oderbrecht e os bancos Santander/Banif, com duas outras subsidiárias da mesma estatal, Furnas e Cemig, para o segundo, cabendo aos grupos privados a construção e operação da usina. A usina de Belo Monte, no rio Xingu-PA, projetada para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo, parte de um padrão de financiamento de mesmo tipo.

do caminho neoliberal que por aqui aportou nos anos 1990. E, sabemos, no mais das vezes, é a bandeira do marxismo, algo eivada de uma impaciência revolucionária, que é levantada para dar credibilidade ao julgamento. Sem desconhecer as limitações da era Lula, bem demarcadas no que André Singer (2012) chamou de reformismo ao embalo de um pacto conservador, vale aqui explorar o método de Marx por outro ângulo.

O marxismo se define antes de tudo por ocupar-se da realidade social em sua dimensão estratégica, o que significa, pois, atentar para o processo histórico observando suas tendências de fundo (Losurdo, 2006). Ou, como o definiu Marx (1983) no famoso prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, observando a contradição entre forças produtivas e relações de produção – contradição que, ao fim e ao cabo, abre épocas revolucionárias na história. Foi esse, diga-se, o mote norteador das brilhantes conclusões de Gramsci (1989) quanto ao longo prazo dos processos de transição.

A presente análise é amplamente fiel a esse método. Em vez de se entregar à ação cega, ou ao puro subjetivismo, típico do procedimento dos jovens hegelianos que Marx se esforçou por superar (Losurdo, 2006), busca ater-se às tendências históricas do que Ignácio Rangel caracterizou como o fenômeno da dualidade brasileira. No fundamental, a periódica reorganização dos blocos que comandam o poder do Estado, sempre definidos em consonância com as grandes crises da economia mundial, que afetam o país como uma formação social periférica (Rangel, 1981).

Assim, se a organização do estágio financeiro do capitalismo levado a efeito pela concessão ao capital privado nacional dos grandes serviços de utilidade pública, como vimos, corresponde, para Rangel, ao fenômeno do fim da dualidade, não é difícil concluir que o processo da revolução brasileira, aberto de modo mais decisivo nos anos 1930, encontra agora meios de alcançar seu ponto de chegada. E também nisso está a solução do problema da crise financeira do Estado que os fundadores do materialismo histórico identificaram em cada crise do *Ancien Régime* – ainda que, por aqui, tal crise tenha emergido, como num salto de etapas que acompanha a linha de longo prazo seguida, no contexto da hegemonia imperialista.

Certamente, como antes observado, a liderança do curso final desse processo, se fazendo pelo partido com origens no campo socialista e que, a despeito de todo o transformismo a que se entregou, ainda se mantém no interior desse campo, faz imediatamente lembrar o programa de Lenin (1980; 1982) para a revolução Russa de 1905-1907.

Mas também aqui devemos nos ater ao *concreto* histórico, sempre síntese de múltiplas determinações, como disse Marx (1983). O conjunto de relações que embala a era Lula, ou, para sermos mais precisos, seu bloco histórico fundamental, está amarrado a uma série de *continuidades*. Daí que, no lugar da pura via americana do programa leniniano, o processo em curso se apresenta muito mais com os contornos de uma revolução passiva – chave interpretativa, diga-se, já aceita por diferentes autores (Werneck Vianna, 2006; Braga, 2010; Singer, 2012). Por certo, a partir desse ponto, torna-se imperioso estabelecer uma definição ainda mais concreta, para o que não seria desprezível a comparação com os casos italiano (uma revolução passiva atrasada), alemão (intermediária) e inglês (avançada) referidos pelo comunista sardo, sendo o critério definidor fundamental a observância maior ou menor dos interesses das camadas populares (Gramsci, 2002; Werneck Vianna, 2004).

De qualquer modo, assim interpretado, não há dúvida de que o processo, ainda que alcance plenitude capitalista, não deixará de guardar as marcas das desigualdades históricas. Talvez seja esse o caso dos amplos investimentos que estão aportando nas regiões deprimidas. A exemplo do que disseram Felice e Parlato (1987) para a Itália do pós Segunda Guerra, que conheceu nesse período um amplo movimento de investimentos na região do *Mezzogiorno*, talvez estejamos diante não exatamente da superação da histórica desigualdade territorial que marcou regiões como o Nordeste brasileiro – e isso a despeito da organização de um capitalismo financeiro nacional abrir as portas para a resolução do que resta de nossa questão agrária (Rangel, 1982) –, mas de sua redefinição no quadro da homogeneidade capitalista em curso, ela mesma portadora de novas assimetrias. É aqui certamente caberia dar atenção à divisão do trabalho engendrada no interior dos próprios oligopólios que se abrem aos processos de concentração e centralização capitalista implicados na nova etapa.

Referências

- ARAÚJO, T. B. O elogio da diversidade regional brasileira. In: MINEIRO, A. S.; ELIAS, L. A.; BENJAMIN, C. (Orgs.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. p. 53-75.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BONELLI, R.; SEDLACEK, G. L. A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 47-67.
- BRAGA, R. Apresentação. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 7-14.
- BRESSER PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (Orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 13-38.
- CASTRO, A. B. Consumo de massas e retomada do crescimento. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). *O Brasil e o mundo da terceira revolução industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990. p. 111-119.
- _____; SOUZA, F. E. P. *A economia brasileira em marcha forçada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- COUTINHO, C. N. Uma via não clássica para o capitalismo. In: D'INCAO, M. A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989. p. 115-131.
- FELICE, F.; PARLATO, V. Introdução. In: GRAMSCI, A. *A questão meridional*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 13-57.

- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 7. ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *A questão meridional*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GUIMARÃES, A. S. A.; CASTRO, N. Classes, regimes fabris e mudança social no Nordeste brasileiro. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Coords.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel/Rio de Janeiro: Iuperj, 1990. p. 148-167.
- LENIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4. ed. Trad. Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1987.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *O programa agrário*. São Paulo: Lech, 1980.
- LIMA, M. C. *Apenas Bolsa-Família não é suficiente*, 2009. Disponível em: <www.gramsci.org>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- LOSURDO, D. *Gramsci: do liberalismo ao “comunismo crítico”*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- MAMIGONIAN, A. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado? *Ciência Geográfica*, Bauru, v. 10, n. 2, p. 127-131, 2004.
- _____. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (Orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 129-137.
- _____. Indústria. *Atlas de Santa Catarina*. Florianópolis: Gaplan, 1986. p. 104-106.
- _____. O processo de industrialização em São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 50, p. 83-101, 1976.
- _____. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. *Separata da Revista Brasileira de Geografia*, v. 3, n. 27, p. 389-481, 1965.
- _____. A indústria em Brusque (Santa Catarina) e suas conseqüências na vida urbana. *Boletim Carioca de Geografia*, n. 13, p. 47-82, 1960.
- MARX, K. *A burguesia e a contra-revolução*. 3. ed. São Paulo: Ensaio, 1987.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____; ENGELS F. *A ideologia alemã*. 8. ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1991.
- PINHO, M. Bancos privados ganharão mais espaço. *Valor econômico*, 25 fev. 2011, p. F-2.

- RANGEL, I. Revisitando a “questão nacional”. In: BENJAMIN, C. (org.) *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 115-125.
- _____. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Biental, 1987.
- _____. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 4, n. 1, p. 5-34, 1981.
- RIBEIRO, I. O. *Agricultura, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ROSA, L. P. A razão das hidrelétricas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 fev. 2011, p. A-3.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988a.
- _____. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. *Geosul*, n. 5, Florianópolis: Ed. UFSC, p. 85-100, 1988b.
- _____. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia. In: _____. (Org.) *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 131-139.
- _____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 81-99, 1977.
- SARAIVA, A. Norte e Nordeste seguem dependentes do governo. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 dez. 2012, p. A-5.
- SILVA, M. A. O desenvolvimento regional e urbano catarinense no contexto sul-brasileiro: notas a partir da teoria marxista das transições. In: MAMIGONIAN, A. (Org.) *Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social*. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. p. 49-71.
- _____. As origens da burguesia industrial e o tipo de evolução capitalista do nordeste catarinense: uma nota crítica. *Geosul*, v. 28, n. 14, p. 101-111, 1999.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WERNECK VIANNA, L. *Ziguezagues, linhas retas e voltas redondas*, 2006. Disponível em: <www.gramsci.org>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- _____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.